

Concentração fundiária no Brasil e o neodesenvolvimentismo

Rodolfo Soares Moimaz¹

Resumo

Nos primeiros anos do século XXI, em diversos países da América Latina vencem as eleições candidaturas que apresentaram discursos anti-neoliberais. No Brasil, em 2003, iniciaram-se os governos do Partido dos Trabalhadores. Principalmente o segundo mandato de Lula é caracterizado, por diversos autores, como neodesenvolvimentista, considerado capaz de articular interesses de diferentes classes sociais em torno de um projeto de desenvolvimento dirigido politicamente pelo governo brasileiro. No meio rural, por exemplo, os ganhos do agronegócio eram considerados benéficos ao conjunto da sociedade, pois estes excedentes poderiam ser revertidos em políticas públicas diversas. Tal interpretação, porém, suscita polêmicas de autores que, a partir de debates teóricos acerca das classes sociais e da análise sociológica do conflito social, bem como da interpretação de dados levantados sobre o período considerado neodesenvolvimentista, questionam as possibilidades concretas de harmonização entre classes antagônicas, e buscam demonstrar que esta aparente paz social, na verdade, serviria para a defesa dos interesses da burguesia do agronegócio – como pode ser percebido, por exemplo, através de indicativos como o aumento da concentração fundiária no país.

Introdução

O início do século XXI foi marcado por crises econômicas e ebulições sociais. Na América Latina, o desgaste do projeto neoliberal resultou em diversos processos de revoltas populares, como na derrubada de cinco presidentes em menos de duas semanas na Argentina (2001)², as manifestações de grupos populares indígenas que depuseram Mahuad no Equador (2000)³, as lutas em defesa do governo de Chávez na Venezuela⁴ etc. Como reflexo dessas rebeliões, ascendem governos com discurso anti-neoliberal. Nesse contexto, no Brasil, em 2002, vencem as eleições o Partido dos Trabalhadores.

Diversos autores caracterizaram o período de governo dirigido pelo PT, principalmente nos anos do governo Lula (2003-10) – em especial seu segundo mandato –, através do controverso conceito de neodesenvolvimentismo.

1 Doutorando em Sociologia pelo IFCH-Unicamp.

2 NIEVES, Randy. Pressão popular derruba 5 presidentes. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1304200218.htm>>. Acesso em 05 mai 2018.

3 Equador submergente. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0701200003.htm>>. Acesso em 05 mai 2018.

4 NOVAES, João. Golpe de Estado que fracassou em derrubar Hugo Chávez completa 10 anos. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/21080/golpe+de+estado+que+fracassou+em+derrubar+hugo+chavez+completa+10+anos.shtml>>. Acesso em 05 mai 2018.

Dentre as várias definições sobre o neodesenvolvimentismo, cabe destacar uma de relevância institucional, elaborada por um importante quadro político do partido, Aloísio Mercadante Oliva. Para o autor, conforme sua tese de doutorado (2010), o neodesenvolvimentismo consistiria na realização de reformas econômicas e sociais de impacto estrutural no país, a partir da geração e distribuição de excedentes em setores fundamentais da economia do país – como o setor agroexportador.

Estes excedentes, a partir da supervisão consciente de um governo que teria ligações orgânicas com a sociedade brasileira e com os movimentos sociais, poderiam ser redistribuídos conforme as necessidades da população, e, assim, as desigualdades sociais históricas do país seriam reduzidas. Nesta tese, os lucros de setores como a agroindústria são interpretados como benéficos para o conjunto da população, inclusive aos pequenos produtores e trabalhadores rurais, uma vez que todos os setores poderiam usufruir destes resultados.

Assim, para Oliva, naquele momento histórico, o conflito social entre camponeses e latifundiários, ou entre trabalhadores e proprietários, teria sua importância secundarizada, quando comparada à tarefa histórica de construção de um projeto de desenvolvimento nacional.

Porém, outras abordagens teóricas trazem questionamentos acerca de conclusões como as de Oliva. Alguns deles passam, por exemplo, pela viabilidade de realização de um projeto de desenvolvimento nacional capitalista autônomo em um país de economia dependente, que seja capaz de unificar, em torno das mesmas bandeiras, diferentes classes sociais, com interesses comuns a todos. Para estas análises críticas, este projeto, em última instância, teria como consequência o favorecimento dos interesses de uma classe social: no caso do campo, os grandes proprietários de terras.

Uma defesa do neodesenvolvimentismo

De acordo com a interpretação de Oliva (2010), a partir de 2003, o Brasil passou por uma *inflexão histórica*: o Novo Desenvolvimentismo. Segundo o autor,

o governo Lula realizou um avanço sem precedentes no equacionamento do que historicamente sempre foi o “calcanhar de Aquiles” da economia brasileira: a restrição externa. Pela primeira vez avançamos na construção de uma verdadeira estabilidade econômica. Mas o aspecto mais marcante do governo Lula foi a centralidade que ganharam as políticas de renda e de inclusão social. A visão anterior, segundo a qual os problemas sociais seriam resolvidos essencialmente pelo mercado, complementado por políticas de caráter

compensatório, foi substituída por uma ação sistemática e enfática no combate à pobreza e às desigualdades sociais, o que contribuiu decisivamente para a forte dinamização do mercado interno de consumo de massa.

À sólida estabilidade econômica e ao social como eixo estruturante do desenvolvimento agregam-se outras características marcantes. Entre elas, destacamos a consolidação da democracia e de suas instituições republicanas; a nova e dinâmica inserção internacional e o grande aumento do protagonismo mundial do Brasil; a crescente incorporação da sustentabilidade ambiental como vetor de desenvolvimento e os esforços dirigidos à construção de uma sociedade do conhecimento que produza massa crítica de inovações, incorpore valor ao processo produtivo e gere educação de qualidade para todos. (OLIVA, 2010, xxv-xxvi)

A longa citação realizada acima é importante para destacar, ainda que de modo reduzido, algumas diretrizes do projeto neodesenvolvimentista. Assim, o novo desenvolvimentismo, iniciado no governo Lula, teria sido capaz de articular crescimento econômico sustentado, estabilidade econômica, distribuição de renda, consolidação da democracia, liderança na Agenda Ambiental e crescente protagonismo internacional do Brasil (Oliva, 2010, p. 6-7). Estas seriam mudanças que teriam consequências estruturais na sociedade brasileira, constituindo, assim, uma *inflexão histórica*.

Uma das bases econômicas para a realização do chamado projeto neodesenvolvimentista seria o setor *agropecuário*, que englobaria diferentes agentes produtivos do mundo rural: desde a agricultura familiar até a monocultura em larga escala e alta tecnologia, voltada à exportação. A centralidade desse setor se daria pelas possibilidades do uso de seus lucros com finalidade social: seus saldos comerciais poderiam suprir diversas demandas de interesse público, seja viabilizando a realização programas sociais, equilibrando as contas externas do país, ou até mesmo retornando estes recursos para o próprio agronegócio, através de investimentos produtivos. Tal utilização das verbas, porém, não se daria de maneira automática; ao contrário, só poderia ser realizada a partir de uma coordenação consciente do poder público, a partir das diretrizes políticas do governo federal (Oliva, 2010).

Em sua tese, Oliva destaca o protagonismo da agroindústria no país a partir de 2003, e que, a partir dos resultados positivos, permitiu que o Brasil assumisse o posto de segundo maior exportador mundial de alimentos e matérias-primas: em 2008, as exportações agrícolas atingiram US\$ 71,8 bilhões, contra US\$ 24,8 bilhões em 2002; a balança comercial agroindustrial chegou a US\$ 54,9 bilhões em 2009 – período de crise econômica mundial (Oliva, 2010). Assim, o setor se consolida como fundamental ao superávit da balança comercial brasileira, sendo essencial para a redução da vulnerabilidade externa da economia do país.

Para o autor, este desempenho positivo não teria resultado em maiores desigualdades no campo; isto é, se, por um lado, foram registrados resultados positivos no setor agroexportador, por outro, no que diz respeito à reforma agrária, também foram percebidos avanços. A reforma agrária é destacada como um elemento de importância porque

é outra dimensão estratégica do combate à desigualdade social. Isso porque uma das manifestações fundamentais da desigualdade na distribuição da riqueza é a concentração da propriedade da terra. É precisamente no segmento de produtores sem acesso ou com acesso precário à terra que se concentram os fenômenos de pobreza relativa e absoluta no campo.” (OLIVA, 2010, p. 165).

Entre 2003 e 2009, teriam sido beneficiadas mais de 574.000 famílias, em 3.348 novos assentamentos, em uma área de 46,7 milhões de hectares (Oliva, 2010). Tais avanços teriam sido possíveis em decorrência das políticas de crédito do governo federal, cujos resultados se demonstraram satisfatórios: a agricultura familiar “acabou ocupando um terço da área disponível para a produção de alimentos e respondendo por 78,8% dos postos de trabalho no campo e por 40,4% do valor bruto da produção agropecuária, segundo os critérios FAO/INCRA.” (Oliva, 2010, p. 234).

Dessa forma, considerando os retornos financeiros do agronegócio, essenciais para a realização das políticas sociais, o autor destaca a importância do crédito liberado pelo governo Lula à agricultura e pecuária, em especial se em comparação com os governos anteriores, uma vez que, conforme visto acima, o maior investimento nesse setor traria benesses para todo o campo do país

O governo aumentou a disponibilidade de crédito para a agricultura. A safra 2009/10 conta com um orçamento de R\$ 107,5 bilhões, dos quais R\$ 92,5 bilhões se destinam à agricultura empresarial e R\$ 15 bilhões à agricultura familiar. Esse montante equivale a mais de quatro vezes o volume total de crédito disponibilizado para o setor agrícola em 2002, que foi da ordem de R\$ 24,7 bilhões. (OLIVA, 2010, p. 235)

Em resumo, para Oliva, o neodesenvolvimentismo brasileiro demonstrou a possibilidade de, a partir da mediação do poder público, especificamente do governo federal, beneficiar concomitantemente setores de diferentes classes sociais, interpretados, a partir de outros referenciais teóricos, como antagônicos – do agronegócio à reforma agrária e à agricultura familiar. Nessa interpretação, o Estado brasileiro, a partir do governo, teria condições de mediar estes conflitos sociais históricos, aparentemente irreconciliáveis, e que agora estariam apaziguados, com as diferentes classes sociais integradas no processo de desenvolvimento nacional.

Como será descrito nos próximos pontos deste artigo, esta análise política e econômica é polêmica: diversos autores destacam a impossibilidade da conciliação, por exemplo, entre os interesses de grandes proprietários de terras e os de trabalhadores rurais, ou mesmo de pequenos produtores rurais, nas unidades familiares, abordando questões como o significado político, social e econômico da manutenção dos latifúndios em relação à dinâmica das relações de poder e dos conflitos entre classes sociais ao longo da história do país. Oliva, por sua vez, caminha em sentido oposto, afirmando que “A agricultura é uma atividade extremamente importante para a economia brasileira e foi fundamental na implementação das políticas de estabilização econômica, crescimento e distribuição de renda do Governo Lula.” (Oliva, 2010, p. 229).

Algumas polêmicas e o conflito social

Na interpretação neodesenvolvimentista de Oliva, conforme esboçado acima, os diferentes setores e classes sociais do campo, no Brasil, podem ser classificados como parte de um mesmo conjunto: desde a pequena propriedade, que emprega mão-de-obra familiar, até o complexo agroindustrial, seriam componentes da *agricultura* ou *agropecuária* do país. Ou seja, como se, apesar das profundas diferenças históricas entre os diferentes agentes do campo no Brasil, e suas respectivas desigualdades – dos mais diversos tipos, seja fundiária, de renda etc. –, as transformações vivenciadas no país a partir da primeira década do século XXI fizessem com que estes setores pudessem ser compreendidos como parte de um bloco comum, contando, inclusive, com interesses comuns.

Esta leitura suscita profundas polêmicas na análise das relações sociais no campo. Para Bernardo Mançano Fernandes, por exemplo, afirmar que grupos de distintas classes sociais podem compor um mesmo agrupamento, como se todos fossem, genericamente, *agricultores*, acarreta problemas fundamentais. Tal classificação teria consequências políticas importantes: considerar estes distintos agentes sociais como um grupo homogêneo, implicaria compreender que, na prática, tais setores teriam orientações econômicas, políticas, sociais e ideológicas comuns; ou, como na tese de Oliva, como se um determinado ideal de desenvolvimento nacional pudesse ser compartilhado por todos. Para Fernandes (2013), essa classificação representa uma distorção das reais relações sociais.

Para o autor, é necessário que se compreenda a produção agropecuária a partir de dois polos principais: os *capitalistas* e os *familiares*.

O agronegócio é a expressão capitalista da modernização da agricultura, que tem se apropriado dos latifúndios e das terras do campesinato para se territorializar. (...) O agronegócio agora compreendido pelas corporações nacionais e transnacionais é o império que, com o apoio dos governos, se apropria das terras em diversos países da América Latina, África e Ásia mediante um processo recente denominado de estrangeirização da terra, *land grabbing* ou *acaparimiento*.(FERNANDES, 2013, p. 191-2)

A classificação destes dois extremos – *agricultura capitalista e agricultura familiar* –, mais que uma divisão econômica, englobaria outras questões centrais, envolvendo diferentes paradigmas, distintas concepções econômicas, políticas e sociais referentes à utilização da terra (Fernandes, 2013). Assim, cabe afirmar que, nestes dois polos, estão em disputa diferentes projetos de sociedade. Ou seja, estes projetos seriam profundamente divergentes entre si, defendendo interesses de classes sociais distintas e antagônicas. Dessa forma, uma interpretação que não se proponha a compreender estas diferenças, e que, ao contrário, não demonstre as contradições existentes, através de, por exemplo, uma roupagem de *paz social*, de *convivência pacífica* entre os diferentes atores sociais, acaba por esconder a dinâmica do *conflito social*.

Para Fernandes, a coexistência entre estes dois modelos de produção – o familiar e o capitalista – em um mesmo território é paradoxal; assim, o avanço em um dos polos representaria, política e economicamente, o prejuízo do outro:

Conceber o agronegócio como totalidade é uma estratégia do paradigma do capitalismo agrário. Definir todos tão somente como agricultores esconde as diferenças constituídas pelas relações de poder que produzem as desigualdades e mascara, fundamentalmente, as classes sociais. (FERNANDES, 2013, p. 199-200)

Na tese de Oliva, o conflito social existe, mas não estaria localizado no antagonismo entre as classes sociais. Este antagonismo seria secundarizado, quando comparado a outras disputas existentes. Para o autor, pode-se encontrar um interesse comum, um projeto comum que agregaria setores de diferentes classes sociais, como a defesa dos interesses nacionais, que poderiam atender a todos – desde que sob direção política do governo federal. Um exemplo importante seria o conjunto de medidas econômicas adotadas, no Brasil, para o enfrentamento da crise econômica internacional de 2007/8, que teria permitido ao país permanecer em melhores condições que outros, a partir de iniciativas que relacionariam os interesses destes diversos setores da sociedade, como

A retomada dos investimentos públicos, a reconstrução do sistema de crédito

interno, as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico, os estímulos ao setor privado dirigidos à expansão dos investimentos, da produção e das exportações, e as políticas de renda e de inclusão social conseguiram, especialmente a partir de 2004, romper a inércia e irregularidade do crescimento e reverter a tendência à concentração de renda e à ampliação das desigualdades sociais. O país passou a viver, assim, um processo que combina crescimento econômico e distribuição de renda. (OLIVA, 2010, p. 168)

Assim, para o autor, não haveria uma contradição fundamental na articulação de interesses entre classes sociais que, em tese, seriam inconciliáveis. Haveria, então, o conflito social, mas este não estaria presente necessariamente nos atritos entre classes sociais antagônicas, uma vez que estas estariam integradas no projeto do neodesenvolvimentismo; o conflito social, nesta análise, envolveria outros agentes: por um lado, setores que defendem o projeto econômico, político e social do neoliberalismo, e, de outro, os setores que enfrentam o neoliberalismo. Para Oliva (2010), os primeiros englobariam grupos como economistas conservadores, a grande mídia, representantes do capital financeiro etc., e seriam as principais forças de oposição aos governos do PT – no caso referido pelo autor, o governo Lula. Esta oposição se daria porque estes setores seriam mais diretamente beneficiados pelas diretrizes políticas e econômicas dos governos anteriores, de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), em especial o capital financeiro.

Contra este grupo, estariam os setores que teriam como bandeira a superação do neoliberalismo; para Oliva (2010), a principal representação deste grupo seria, justamente, o governo Lula, através do qual teria sido possível a realização do neodesenvolvimentismo, rompimento com o receituário neoliberal, trazendo melhores condições de vida ao conjunto da população, fazendo com que o Estado brasileiro assumisse, por fim, caráter social.

Assim, a partir da argumentação do autor, pode-se concluir que, para ele, há o conflito social, e este poderia ser sintetizado nas divergências entre os setores que apoiariam e os que se oporiam ao governo Lula, pelos motivos descritos acima. Dessa forma, se algum ator social quisesse se opor ao receituário neoliberal, deveria se localizar no campo de defesa do governo. Ou seja, os conflitos entre classes sociais poderiam ser atenuados através da mediação do Estado, uma vez que o governo contaria com o apoio de diversos setores sociais, em disputa com os grupos opositores. Nas palavras do autor

Estou seguro de que o governo Lula será lembrado como um ponto de inflexão, o início da emergência econômica, social e política do povo brasileiro e da construção de um novo projeto de Nação. De alguma forma, ele foi uma síntese de tudo que a esquerda e os movimentos sociais construíram ao longo de nossa história, e será o início de muito que virá. (OLIVA, 2010, p. ix)

Tais caracterizações, acerca da dinâmica dos conflitos sociais no Brasil, foram fontes de importantes debates e polêmicas. Por exemplo, para Fernandes (2013), a pretendida unidade de interesses entre classes antagônicas é, antes de mais nada, uma unidade *aparente*. Isto porque, ao se refletir acerca das disputas existentes no meio rural brasileiro, pode-se perceber as diferentes reivindicações trazidas pelos distintos grupos sociais, com estratégias políticas, sociais e econômicas distintas, e que, frequentemente, disputam entre si. Dessa forma, a tese que afirma que estes diferentes setores poderiam defender um projeto convergente, que atenderia às necessidades de todos os atores, acaba por privilegiar os interesses de grupos ligados a setores de maior poder aquisitivo, com maior influência econômica e política; no caso discutido, o agronegócio. Em resumo, o antagonismo entre classes sociais não deixou de existir, mas deixou de ser considerado com centralidade em parte importante das análises.

Sobre as discussões acerca do conflito social e as classes sociais, cabe retomar uma elaboração de Adorno, em 1968. Refletindo acerca do Estado de Bem Estar Social, o autor destaca que, aparentemente, haveria um processo de integração dos trabalhadores ao capitalismo, e, assim, perderia relevância a tese do antagonismo fundamental entre as classes sociais. Porém, concretamente, os processos sociais que produziam as classes sociais não haviam sido superados – ainda havia capitalismo, e, assim, havia classes sociais antagônicas. A questão existente era que, no processo de integração social da classe trabalhadora, a luta de classes não se reproduzia de maneira evidente, em um *locus* específico, mas se apresentariam em diferentes situações do cotidiano. Assim, não caberia ao pensamento sociológico desenvolver vertentes teóricas que separassem os conflitos sociais do seu conteúdo de classe, mas compreender como as contradições de classe se manifestariam, ainda que reprimidas, de diferentes formas.

Cabe destacar que Adorno (2004) debate com teorias gestadas em um momento histórico do Estado de Bem Estar Social. É qualitativamente distinto, então, realizar elaborações acerca do processo de integração social na América Latina: se Adorno refletiu acerca de uma sociedade que viveu o Welfare State, nos países latinoamericanos a integração social, nos marcos do capitalismo, nunca se aproximou dos exemplos europeus. Dessa forma, a integração social seria, na América Latina, marcadamente instável. No caso brasileiro, por exemplo, pode-se afirmar que a fragilidade da integração social é tamanha que, em diversas correntes de interpretação da história social do país, afirma-se a existência de traços característicos da estrutura colonial de segregação social. Nesse sentido, afirma Florestan Fernandes que

Por isso, considerando em termos das motivações e dos alvos coletivos dos estamentos dominantes (sob regime do trabalho escravo), ou das classes dominantes (sob regime de trabalho livre), em nenhuma das três fases o desenvolvimento capitalista chegou a impor: 1º) a ruptura com a associação dependente, em relação ao exterior (ou aos centros hegemônicos da dominação imperialista); 2º) a desagregação completa do *antigo regime* e de suas sequelas ou, falando-se alternativamente, das formas pré-capitalistas de produção, troca e circulação; 3º) a superação de estados relativos de subdesenvolvimento, inerentes à satelização imperialista da economia interna e à extrema concentração social e regional resultante. (FERNANDES, 2006, p. 262)

Integração e conflito social no Brasil

Assim, a partir da constatação de Adorno, bem como as análises do processo de manutenção de importantes desigualdades no meio rural brasileiro, é importante avaliar, a partir de dados acerca da realidade brasileira no campo, em quais marcos se dá a suposição acerca da integração social da classe trabalhadora no neodesenvolvimentismo, a partir de indicativos como a concentração fundiária e a situação de trabalho existente.

Um importante indicativo sobre a reprodução das desigualdades sociais é o que diz respeito à concentração fundiária no país, bem como a destinação dos recursos públicos como incentivo à produção, ou seja, qual setor se beneficiou de modo mais direto das políticas de financiamento do governo.

Sobre o montante de verbas destinadas aos diversos incentivos à produção, é notável a diferença no financiamento a partir do tamanho das unidades produtivas, bem como do produto cultivado; a partir dos dados abaixo, pode-se perceber uma destinação maior de fundos ao agronegócio que à agricultura familiar: de acordo com Fernandes, “o agronegócio controla 85% dos recursos destinados ao crédito agrícola, 76% da área cultivável, produzindo 62% do valor bruto e empregando cerca de 26% das pessoas.” (FERNANDES, 2013, p. 201).

Nesse sentido, deve-se destacar que, se, por um lado, é perceptível que o maior volume de investimentos públicos se deu ao agronegócio, por outro, é justamente esse setor que, ainda que tenha menor número de propriedades, ocupa uma extensão de terras muito maior. A agricultura familiar, de acordo com o autor, a partir do Censo Agropecuário de 2006, correspondia, então, a 84% do total de estabelecimentos rurais do país – 4.367.902 de unidades de produção, contra 805.587 estabelecimentos de produção capitalista. Mesmo correspondendo à grande maioria de estabelecimentos, a agricultura familiar ocupava apenas

24% da área total de estabelecimentos – 80.250.453 ha, contra 249.690.940 ha da produção capitalista (Fernandes, 2013).

Apesar da diferença da área ocupada, bem como das verbas destinadas à produção, a agricultura familiar apresentou rendimentos de destaque para a produção agrícola do país, inclusive no que diz respeito ao emprego de trabalhadores: ainda que a agricultura familiar tenha se desenvolvido em somente 24% da área total de estabelecimentos, o valor bruto anual produzido por ela foi de R\$ 54 bilhões, 38% do valor bruto total do setor agropecuário. O agronegócio, que ocupava 76% da área total, produziu um valor bruto correspondente a 62% do total, ou R\$ 89 bilhões. Quanto ao emprego, a agricultura camponesa empregaria 74% do total de trabalhadores do campo, representando cerca de 12.322.225 pessoas, contingente expressivo, frente aos 4.245.319 milhões de pessoas empregadas pelo agronegócio (Fernandes, 2013).

Ou seja, apesar de se constituir a maioria absoluta de estabelecimentos rurais, bem como a maior empregadora de mão-de-obra no campo brasileiro, com participação econômica fundamental no total produzido pelos setor agropecuário – uma produção desproporcionalmente superior em relação aos incentivos recebidos – a agricultura familiar ou camponesa permaneceu recebendo um percentual reduzido de financiamento para sua reprodução.

A partir destes dados, pode-se perceber que o crédito rural atinge, em maior volume, a minoria de estabelecimentos rurais, cuja produção é, principalmente, composta pela pecuária e lavoura com foco nas exportações no país, como a soja, o setor sucroalcooleiro e carnes. Se o centro da destinação das verbas do financiamento público se dá para esta produção, que ocorre principalmente nas grandes propriedades capitalistas, uma das consequências, no que diz respeito à posse da terra, é o aumento da *concentração fundiária* no país⁵.

Outro ponto importante na discussão da integração social dos trabalhadores no país diz respeito à sua média salarial. De acordo com o DIEESE (2011), em setembro de 2009, momento de elaboração dos dados aqui utilizados, o salário-mínimo de um trabalhador brasileiro deveria ser de R\$2.065,47. De fato, nenhuma região do país alcança essa média; quando muito, atinge sua metade. Porém, um dado que chama a atenção é a diferença de renda entre famílias urbanas e rurais: de acordo com o DIEESE (2011), em 2009, o rendimento médio mensal dos trabalhadores por local de residência era, no Brasil, em média,

⁵ Uma reportagem que sistematiza alguns dados pode ser encontrada em: FARAH, Tatiana. Concentração de terra cresce e latifúndios equivalem a quase três estados de Sergipe. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/brasil/concentracao-de-terra-cresce-latifundios-equivalem-quase-tres-estados-de-sergipe-15004053>>. Acesso em 12 mai. 2018.

R\$ 813,00 na zona urbana, e R\$ 380,00 na zona rural – se consideradas as disparidades regionais, estes rendimentos chegavam, na região Centro-Oeste, a R\$ 953,00 na área urbana, e R\$ 506,00 na rural; ou, na região Sudeste, R\$ 909,00 na zona urbana, e R\$ 467,00 na rural. Na região Nordeste, por sua vez, os rendimentos por domicílio no meio rural não chegam à metade do urbano, que não atinge sequer um terço do salário-mínimo recomendado pelo DIEESE - R\$ 556,00 na zona urbana, R\$ 257,00 na zona rural (Moimaz, 2015). Assim, ainda que o critério da renda não seja o único que permite a reflexão acerca da integração da classe trabalhadora na sociedade capitalista, pode-se perceber que a experiência brasileira está distante dos exemplos refletidos, por exemplo, nas elaborações de Adorno; sua integração é, assim, muito mais instável e precária.

A estas constatações, podem ser adicionadas outras, como as diferenças salariais referentes a desigualdades como a de gênero, racial, sexualidade etc. Para levantar apenas alguns exemplos, entre a população ocupada na agropecuária, há um importante setor que *não recebe rendimentos*, dos quais 77,9% são mulheres; ainda neste ponto, no meio rural, a proporção dos rendimentos das mulheres em relação aos dos homens no Brasil era de 51,4% - ou seja, praticamente a metade dos rendimentos dos homens (DIEESE, 2011).

Conforme visto acima, acerca da renda, as condições de vida da população rural brasileira são piores que as da população urbana. A estas constatações pode-se inserir um critério racial importante acerca da estrutura social brasileira: de acordo com o levantamento do DIEESE (2011), em 2009, a maioria das pessoas que viviam no meio rural, no Brasil, eram 38,4% brancas, e 61,1% pretas ou pardas; enquanto que no meio urbano, 50,1% se identificavam como brancas, enquanto 49,1% como pretas ou pardas.

Nos limites deste trabalho, a partir da interpretação de dados como os elencados acima, pode-se já afirmar que, no campo brasileiro, seguem mantidas situações de desigualdades sociais profundas no país, seja a partir do aumento da concentração de terras vivenciado no período destacado por Oliva, pela desproporção da destinação de verbas públicas, ou pela remuneração de trabalhadoras e trabalhadores rurais, com médias inferiores às registradas no meio urbano, atingindo, de modo ainda mais incisivo, setores populares que, historicamente, sofrem com as piores condições de vida. Ou seja, a integração social destes setores, no projeto de desenvolvimento capitalista nacional defendido como neodesenvolvimentismo, segue sendo precária.

Conclusões

Considerando a manutenção de marcantes desigualdades sociais no país, inclusive no período demarcado por Oliva como de neodesenvolvimentismo, pode-se elaborar diversas questões a este debate.

Um dos questionamentos possíveis, aqui, se dá acerca do real estágio de integração social da classe trabalhadora no Brasil, nos marcos de um país de economia capitalista dependente; e, nesse mesmo sentido, cabe discutir as possibilidades concretas de efetivação de um projeto político, econômico e social, envolvendo agentes pertencentes a classes sociais distintas, como se todos os interesses pudessem ser atendidos. Nesse sentido, em última instância, pode-se discutir, inclusive, a efetivação da *inflexão histórica* da estrutura social brasileira, afirmada por Oliva, a partir do neodesenvolvimentismo.

Isto porque, se se toma como referência as elaborações de Oliva, de modo a localizar o centro dos conflitos sociais na disputa entre a *esquerda* (que, nesta interpretação, atribuiria legitimidade ao governo neodesenvolvimentista) e a *direita* (que seria sua oposição neoliberal), corre-se o risco de diminuir a importância das desigualdades sociais no país, a gravidade da desintegração social, e, assim, a divergência de interesses entre as classes antagônicas.

A partir dos dados selecionados acima, pode-se perceber que a destinação dos maiores volumes de investimento público na produção agropecuária se dá, fundamentalmente, para as grandes propriedades, que visam a exportação, com aumento, inclusive, na concentração fundiária do país; isto em contraste com as condições, por exemplo, de renda da população rural.

Ou seja, pode-se afirmar, como Adorno (2004), que uma análise que não destaca os antagonismos entre as classes sociais tende a desaguar na defesa, direta ou não, da manutenção das estruturas e instituições sociais; bem como, apesar dos discursos oficiais de paz social e conciliação de interesses, a manutenção, na realidade, da situação de exploração de grupos sociais historicamente oprimidos.

Nesse sentido, o discurso da conciliação de interesses anteriormente antagônicos, ou da possibilidade de todos se beneficiarem de medidas que atenderiam a supostas necessidades de todos, representa, no caso do campo no Brasil, um avanço, na disputa entre as classes sociais, dos grandes proprietários. Nesse sentido, “*Aceitar a ideologia do agronegócio como único modelo possível inviabiliza a reforma agrária*” (FERNANDES, 2013, p. 191-2, grifos meus); isto porque, para Fernandes, a reforma agrária é, necessariamente, sinônimo de enfrentamento aos interesses do grande capital do campo. Assim, a resolução do problema da reforma agrária, já descrita como de fácil solução, que se daria “de uma canetada”, mostrou-se um

problema de impossível solução, considerando que o agronegócio, inclusive, compôs a base de apoio do governo. Considerando as relações entre diferentes classes sociais como antagônicas, e seus interesses, inconciliáveis, a aceitação do paradigma do agronegócio para análise das medidas políticas a serem implementadas no campo, na prática, significa o avanço deste contra a agricultura familiar.

Referências bibliográficas

ADORNO, T. W. Anotaciones sobre el conflicto social hoy. In.: **Escritos sociológicos I**. Madrid: Akal, 2004.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Estatísticas do meio rural 2010-2011**. São Paulo: DIEESE; NEAD; MDA, 2011.

FERNANDES, B. M. "A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita." In.: **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Flacso. 2013.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**. São Paulo: Globo. 2006

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: < www.ibge.gov.br >

_____. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>

MOIMAZ, R. S. **Breve contribuição ao debate sobre o novo desenvolvimentismo no Brasil**. Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (dissertação de mestrado em Sociologia). 2015.

OLIVA, A. M. **As bases do novo desenvolvimentismo: análise do governo Lula**. Unicamp: Instituto de Economia (tese de doutorado). 2010.

PRADO Jr., Caio Prado. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1987.

SAMPAIO JR, P. A. **Entre a nação e a barbárie – os dilemas do capitalismo dependente**. Petrópolis: Vozes, 1999.